

Irregularidades ameaçam três obras

Hermes Lorenzon

Três obras no Estado foram incluídas no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) por apresentarem indícios de irregularidades graves. São elas a ampliação do Porto de Itajaí, a construção de contornos ferroviários e obras de contenção de enchentes.

O levantamento foi entregue ao Congresso Nacional para alertar os parlamentares sobre os riscos de inclusão delas no Orçamento 2004. A intenção do TCU com a iniciativa é sugerir que sejam incluídas no orçamento para evitar dificuldades no ressarcimento de valores, se forem executadas e houver comprovação posterior de irregularidades.

No entanto, o deputado Carlito Merss (PT-SC), que integrou até a semana passada a Comissão Mista do Orçamento, acredita que as obras possam ser contempladas com verbas. Merss propõe que a verba seja prevista e só liberada quando o problema for resolvido.

Para o deputado, as três obras citadas pelo tribunal são importantes para o Estado e não se pode desperdiçar a oportunidade de incluí-las. O contorno ferroviário, por exemplo, evitaria que os trilhos passassem pelos centros das cidades de Jaraguá do Sul e Guaramirim, onde o risco de acidente é iminente.

A obra é de responsabilidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) em convênio com a prefeitura de Jaraguá do Sul. O município sustenta que os técnicos fizeram uma análise superficial e que o próprio Ministério dos Transportes havia aprovado o projeto.

TRIBUNAL ANALISOU 400 OBRAS NO PAÍS

O coordenador do DNIT em Santa Catarina, João José dos Santos, lembra que são obras antigas e de responsabilidade da gestão anterior.

No total, o Tribunal de Contas da União analisou 400 obras no país. Identificou indícios de irregularidades graves em 22% delas. As principais constatações foram superfaturamento, ausência de projeto básico e de licença ambiental e restrição a competitividade nos processos licitatórios.

INVESTIGADAS

Ampliação do Porto de Itajaí

Responsável: DNIT

O que: ampliação da área de armazenagem de produtos e do cais do porto para receber mais contêineres

Construção de contornos ferroviários.

Responsável: DNIT

O que: construção deanel ferroviário por fora das cidades de Jaraguá do Sul e Guaramirim. Hoje, a linha passa pelo centro das cidades e escoia inúmeros produtos entre Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul

Obras de contenção de enchentes.

Responsável: Ministério da Integração Nacional

O que: Construção de dispositivos de segurança em municípios catarinenses como Brusque, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Lages, Joinville e outros nas regiões Sul e Vale do Itajaí.

Fontes: TCU, DNIT e deputado Carlito Merss

Diário Catarinense - 20/11

TCU diz que INSS é inerte para cobrar suas dívidas

Em detido relatório, a partir da página 242 do “Diário Oficial” do dia 21 passado, o Tribunal de Contas da União chegou textualmente à conclusão de que o INSS atinge as raias da inércia em cobrar as dívidas acumuladas a seu favor, uma vez que no exercício de 2001 conseguiu reaver apenas 0,56% de um estoque de débitos que se elevam aproximadamente a R\$ 120 bilhões.

Em 2001, a taxa de inflação do IBGE registrou 8.9%, abaixo do índice de 2002, que foi de 11%. Do estoque geral da dívida, a parcela de 87% agrupa as empresas privadas. Os órgãos públicos federais - incrível - eram responsáveis pela parcela de 12%. Os estaduais e municipais, por 1%. O relator da auditoria foi o ministro Adilson Mota.

A desordem em alto grau encontrada na administração do INSS foi justificada pela direção do Instituto como decorrente da falta de material humano capacitado e ausência de um sistema moderno de informatização. Enquanto o Instituto consegue cobrar apenas 0,36% do montante de R\$ 120 bilhões do que lhe devem, o ministro Ricardo Berzoini suspende, ilegalmente, o pagamento mensal do aposentado nonagenário, que representa (coincidência) meio por cento também da folha mensal de pagamento.

Na dívida ativa, em cobrança administrativa e no setor de recuperação das dívidas fiscais (Refis), existiam em dezembro de 2001, efetivamente, 418.619 processos. A parcela contida no Refis soma R\$ 39 bilhões, correspondendo (página 244) a 36,2% do total da dívida. Enquanto não privatizarem o INSS, nós vamos publicar, mensalmente, este absurdo.

DESCONTROLE ABSOLUTO E TOTAL

O Refis estabelece o pagamento das dívidas em até - vejam só - 180 meses a juros anuais de 17,5%, sem correção monetária. Portanto, este ano, como a inflação do IBGE vai ser, provavelmente, de 12%, os devedores vão se capitalizar, já que vão arcar com juros reais de apenas 5,5% ao ano. Esta taxa é cobrada pelo comércio nas vendas a prazo, mas ao mês.

No entanto, o Tribunal de Contas da União, ao aprovar o relatório Adilson Mota, assinalou que o INSS é o império do descontrole administrativo. Isso porque a lei do Refis determina que as empresas devedoras perdem o direito do parcelamento de 180 meses se atrasarem os pagamentos mensais. Muito bem. O ministro Adilson Mota constatou que o INSS não implantou, até hoje, um simples e banal mecanismo de controle para saber quem está pagando as prestações em dia e quem está, novamente, jogando a dívida para as calendas. Impressionante.

UM PAQUIDERME ENTRE CRISTAIS

De outro lado, o INSS não consegue fazer uma cobrança seletiva à base dos grandes devedores. Apenas 4,98% dos devedores possuem dívidas acima de R\$ 1 milhão. No entanto, estes 4,98% responsáveis por 75% da dívida geral de R\$ 120 bilhões. Então, se o INSS não quiser molestar os grandes devedores, é só partir para cima dos pequenos. Assim como fez o ministro Ricardo Berzoini ao escolher como alvo sádico os aposentados que têm mais de 90 anos. O INSS parece, na realidade, um paquiderme no meio de uma sala de cristais.

Não tem compromisso com nada, nem com qualquer blindagem contra fraudes, já que estas, especialmente na superintendência do Rio, se repetem sem parar. Lembra uma das últimas iniciativas de um superintendente da Rua Pedro Lessa que reservou uma boate em Ipanema e com os assessores, convidados e com um ex-deputado comemorou o aniversário, e sambaram a noite toda com tudo pago pelo erário.

O PECÚLIO E A DÍVIDA DO INSS

A desordem do INSS é de tal ordem que, por exemplo, ele não tem idéia do volume de créditos em favor dos aposentados que continuam trabalhando no mesmo emprego ou em outro e que, até 94, acumularam créditos a seu favor.

Era obrigação do INSS informar, trimestralmente, a oscilação dos saldos corrigidos, a exemplo de como procede a Caixa Econômica Federal em relação ao FGTS. Ao contrário, nada faz. Tampouco fornece explicação pública sobre o que faz com este dinheiro que, na verdade, não pertence ao Instituto, mas, sim, a aproximadamente dois milhões de pessoas.

O INSS também nada faz para impedir o crescimento dos devedores. A cada ano têm surgido cerca de 101 mil, em média, processos de cobrança. Eles adormecem no sistema do INSS que tem como objetivo apenas procrastinar, pois o descaso é grande, a ponto de seus advogados perderem o prazo para falar e contestar o feito.

AÇÕES NA JUSTIÇA SE ACUMULAM

Finalmente, completando o quadro caótico, o INSS sabe que existem na Justiça Federal 600 mil ações transitadas em julgado pela revisão de vencimentos que a Previdência achatou ilegalmente. Não tem idéia do que representa sua dívida em números absolutos, pois no Rio há 60 mil ações aguardando pagamento. Para se ter uma idéia sobre o paquiderme, se a partir de hoje não surgisse nenhuma nova ação judicial, a liquidação das que se tornaram irrecorríveis demoraria um pouco mais de 20 anos.

É uma previdência social assim que, ainda por cima, quer reduzir direitos de 21 milhões de pessoas, cujo salário médio é de R\$ 445,00 por mês. É bom lembrar que três quartos dos inativos ganham apenas um salário mínimo. A prova que a Previdência é uma instituição falida é que os responsáveis pelo comando do País esticaram para cinco anos o sofrimento dos inativos. A maioria, após a pendenga na Justiça, vai estar morta.

(Tribuna da Imprensa – 28/11)